



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015**

**RELATÓRIO**

**TERCEIRA VARA FEDERAL DE NITERÓI, com competência em  
matéria cível.**

**JUIZ FEDERAL TITULAR: LEOPOLDO MUYLAERT**

**JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: BRUNO FABIANI MONTEIRO**

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 26 a 29 de outubro de 2015, a correição ordinária eletrônica da Terceira Vara Federal de Niterói (RJ).

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos que se encontram conclusos além do prazo, parados e com remessa externa com prazo vencido.
2. Dar andamento aos processos de verificação obrigatória que se encontram conclusos com prazo vencido e parados, regularizando, ainda, os que se encontram com remessa externa além do prazo estabelecido, bem como aqueles constantes no acervo remanescente.
3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

4. Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos com prazo de devolução vencido.
5. Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão.
6. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.
7. Promover o preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro da constrição de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros, nos moldes dos artigos 204, 356 e 357, parágrafo único, todos da CNCR.
8. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

De acordo com a Portaria PR-RJ nº 1.257, de 21 de setembro de 2015, o Procurador da República Dr. Antônio Augusto Soares Canedo foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representantes pela Procuradoria Regional da União da Segunda Região, pela Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tampouco pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da Segunda Região.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27 de maio de 2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando-se as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Juiz Titular: Leopoldo Muylaert, em exercício desde 21 de junho de 1999 (Ato da Presidência do TRF da 2ª Região nº 206 de 1999).

. Juiz Substituto: Bruno Fabiani Monteiro, em exercício desde 14 de maio de 2015 (TRF2-ATP-2015/00263).

**→ ORGANIZAÇÃO**

Total de servidores previstos: 15 (lotação: 15)

Analistas Judiciários: 03  
Técnicos Judiciários: 11  
Técnico Judiciário/Segurança: 00  
Auxiliar Judiciário: 00

OBS: Há 01 (um) servidor requisitado com vínculo com o serviço público.

Estagiários: 04

Fonte: questionário pré-correição.

**→ ACERVO TOTAL**  
**(artigos 32 a 36 da CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Acervo	Correição Agosto/2013			Correição Outubro/2015		
	Cível	Crim.	Exec. Fiscal	Cível	Crim.	Exec. Fiscal
Total	1.940	190	-	2.489	07	-
Suspensos	265	74	-	290	04	-
Ag. julga. recurso	205	11	-	291	00	-
<b>Tramita. ajustada</b>	1.470	105	-	1.908	03	-
<b>Total Geral</b>	2.130			2.496		

Fonte: relatório da correição ordinária eletrônica realizada em 2013 e mapas - movimentação processual da 1ª instância/juizado especial federal, constantes do módulo secretaria, no relatório de estatística de processos distribuídos, do sistema Apolo.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
**(art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2015): 5.272

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	3.480	66,01	25



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Decisão	1.065	20,20	15
Sentença	727	13,79	55
<b>Total Geral</b>	<b>5.272</b>	<b>100,00</b>	<b>27</b>

Fonte: mapa - planilha Apolo excel – intimados, extraído em 27/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

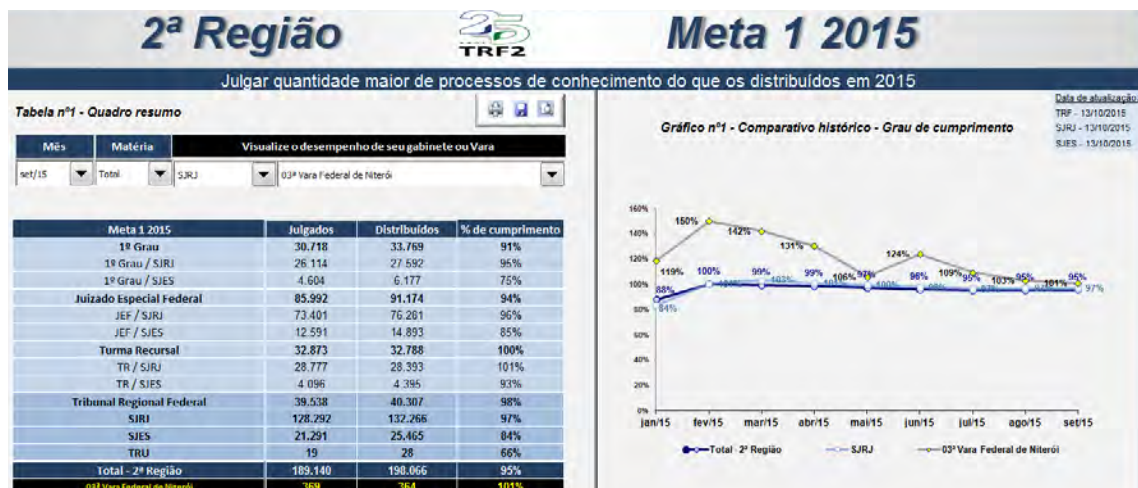
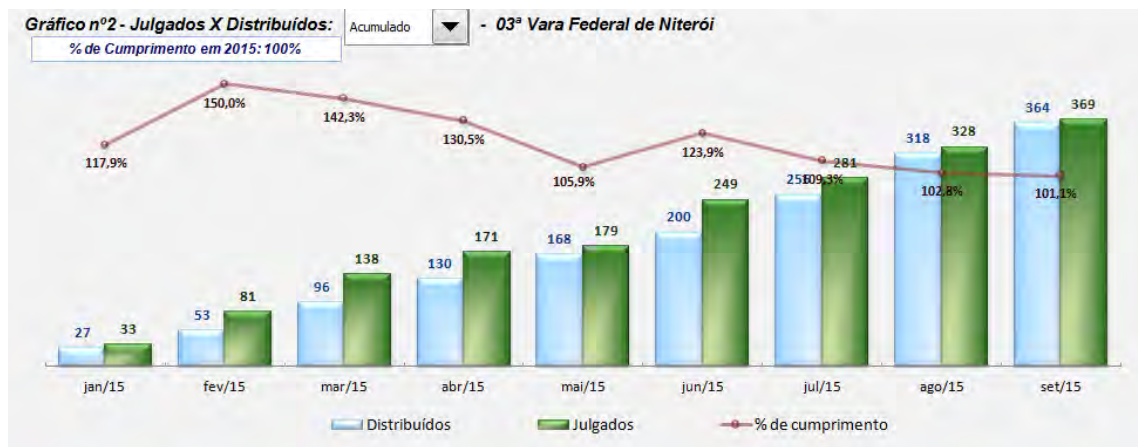
➔ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o percentual de cumprimento da meta é de 100%, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 21/10/2015.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação:

**2ª Região** **25 TRF2** **Meta 2 2015**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:  
TRF - 08/09/2015  
SJRJ - 07/09/2015  
SJES - 08/09/2015

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
ago/15	100%	SJRJ	03ª Vara Federal de Niterói			

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.095	66.196	2.714	68.910	5.185	93%
1º Grau / SJRJ	65.361	58.380	2.402	60.782	4.579	93%
1º Grau / SJES	8.734	7.816	312	8.128	606	93%
Juizado Especial Federal	96.215	93.979	1.373	95.352	863	99%
JEF / SJRJ	75.259	73.414	1.079	74.493	766	99%
JEF / SJES	20.956	20.565	294	20.859	97	100%
Turma Recursal	23.697	23.559	128	23.687	10	100%
TR / RJ	19.649	19.628	18	19.646	3	100%
TR / ES	4.048	3.931	110	4.041	7	100%
TRF	15.415	10.222	1.661	11.883	3.532	77%
SJRJ	160.269	151.422	3.499	154.921	5.348	97%
SJES	33.738	32.312	716	33.028	710	98%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>209.422</b>	<b>193.956</b>	<b>5.876</b>	<b>199.832</b>	<b>9.590</b>	<b>95%</b>
<b>03ª Vara Federal de Niterói</b>	<b>1.067</b>	<b>975</b>	<b>24</b>	<b>999</b>	<b>68</b>	<b>94%</b>

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF  
Acervo pendente SJRJ  
Acervo pendente SJES



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2ª Região** **TRF2** **Meta 2 2015**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Dados referentes ao dia 08/09/2011

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015  
Mês: Setembro  
Vara: 03ª Vara Federal de Niterói

**Acervo pendente SIRI**

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
1992	1	0	1
1994	2	0	2
1995	1	1	2
1996	3	0	3
1997	1	0	1
1998	2	0	2
1999	1	0	1
2000	2	0	2
2002	2	0	2
2003	1	0	1
2004	3	0	3
2005	1	0	1
2006	4	0	4
2007	6	0	6
2008	8	1	9
2009	10	0	10
2010	15	1	16
<b>Total geral</b>	<b>63</b>	<b>3</b>	<b>66</b>

→ **Autuados até 2010: 66 processos:**

- Sem movimentação há mais de 100 dias: 03 processos

Processo	Classe
00537866019954025102	05012-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL
00034405120084025102	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00008641720104025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS

Dos quais foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos, por amostragem:

0053786-60.1995.4.02.5102: trata-se de ação de consignação de aluguel (classe 5012), autuada em 21/07/1995 e redistribuída em 12/03/2015. Audiência especial, em regime de mutirão, designada para o dia 04/06/2013. Decisão, em 17/06/2013, determinando a exclusão da autora, tendo em vista o acordo homologado entre as partes. Determinada a intimação dos possíveis herdeiros de umas das autoras por edital, em 11/10/2013, diante das certidões negativas. Decisão, em 01/09/2014, determinando a intimação pessoal do autor para regularizar a sua representação processual, bem como para apresentar certidão de óbito de uma das autoras. Despacho, em 09/02/2015, determinando a remessa





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

dos autos ao núcleo permanente de métodos consensuais de solução de conflitos do TRF da 2ª Região, para inclusão no próximo mutirão de conciliação. Audiência especial designada para 09/03/2015. Conclusão para despacho, em 13/10/2015, com minuta no Apolo, determinando a baixa e o arquivamento dos autos, tendo em vista um dos autores encontrar-se em local incerto e não sabido, e os herdeiros da outra autora, intimados por edital, não se habilitarem.

0003440-51.2008.4.02.5102: trata-se de embargos à ação monitória (classe 12007), autuado e distribuído em 19/09/2008. Audiência de conciliação, em 21/08/2012, na qual a CEF ofereceu proposta de conciliação, que foi recusada pela parte autora. Feito convertido em diligência, em 11/07/2013, no qual foi determinado o encaminhamento dos autos à Defensoria Pública da União, tendo em vista que a citação por hora certa da ré foi infrutífera. Intimação da CEF, em 24/09/2013, para se manifestar sobre os embargos à monitória. Determinada a intimação das partes, em 22/01/2014, para justificarem as provas. Feito convertido em diligência, em 25/03/2014, no qual foi deferida a gratuidade de justiça, bem como determinada a remessa dos autos ao contador judicial. Intimação das partes, em 13/01/2015, para se manifestarem sobre os cálculos. Autos remetidos, em 30/03/2015, à Contadoria para se manifestar sobre petição de fls. 216/225. Autos devolvidos em 29/09/2015. Último movimento: processamento, em 07/10/2015. **Parado, desde então.**

0000864-17.2010.4.02.5102: trata-se de ação ordinária/imóveis (classe 1004), autuada em 04/03/2010 e redistribuída em 25/09/2013. Decisão, em 15/04/2010, deferindo a gratuidade de justiça, bem como intimando a autora para emendar a petição inicial (fl. 51). Tutela antecipada indeferida, em 25/05/2010 (fls. 58/59). Intimação da parte autora para apresentação de réplica, em 19/04/2011 (fl. 117). Intimação para as partes apresentarem provas, em 21/07/2011 (fl. 124). Deferida incidentalmente medida cautelar para suspender a execução extrajudicial da dívida, em 19/09/2011 (fls. 167/168). Nomeação do perito, em 13/03/2012 (fls. 204/205). Laudo entregue em 15/05/2012 (fl. 216). Intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, em 20/02/2013 (fl. 278). Remessa dos autos ao núcleo permanente de métodos consensuais de solução de conflitos do TRF, em 25/07/2013. Audiência especial, em regime de mutirão designada para o dia 06/09/2013 (fls. 301). Ata de audiência sem acordo



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(fl. 316). Concluso para sentença em 23/10/2015, com minuta de sentença tipo “A” no Apolo.

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 63 processos

Processo	Classe
00006566319924025102	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00344812719944025102	06002-AÇÃO POPULAR
00340802819944025102	05012-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL
00551775019954025102	05014-OUTRAS AÇÕES DIVERSAS
00333504619964025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00332352519964025102	05014-OUTRAS AÇÕES DIVERSAS
00314867019964025102	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00404545519974025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
02061882419984025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
02010212619984025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
02043008319994025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00053708520004025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00025543320004025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00036042620024025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00014451320024025102	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00007858220034025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00054752320044025102	05012-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL
00032442320044025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00025038020044025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00033773120054025102	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00035372220064025102	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00028106320064025102	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00012889820064025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00011702520064025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00057705520074025102	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00028943020074025102	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00028865320074025102	05006-RESTAURAÇÃO DE AUTOS
00012488220074025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00001194220074025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00000917420074025102	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00043178820084025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00037730320084025102	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00036986120084025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00034933220084025102	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00015065820084025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00013377120084025102	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00011437120084025102	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00002889220084025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00208352520094025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00057457120094025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00056374220094025102	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00054209620094025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00052372820094025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00041629520094025152	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00013425920094025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00000460220094025102	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00013174620094025102	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00002496120094025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00232037020104025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00221444720104025101	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00043649120104025102	05010-AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
00035585620104025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00032849220104025102	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00031489520104025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00031116820104025102	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00021477520104025102	05019-AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE
00020888720104025102	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00017519820104025102	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00016064220104025102	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00016047220104025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00010945920104025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00008876020104025102	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00005507120104025102	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Dos quais foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos, por amostragem:

0002503-80.2004.4.02.5102 : trata-se de ação civil pública (classe 6001), autuada e distribuída em 29/06/2004. Determinada a expedição de mandado de verificação, em 30/06/2004. Deferida, em parte, a medida liminar requerida, em 09/07/2004. Determinada nova expedição de mandado de verificação, em 23/11/2004 e em 14/04/2005. Determinada a intimação da ré para promover o depósito dos valores cobrados indevidamente, em 05/05/2005. Despacho, em 01/07/2005, intimando as partes para especificarem provas. Audiência de conciliação designada para o dia 07/10/2009. Deferida a prova pericial, em 09/10/2009. Nomeação de perito, em 24/08/2010. Intimação dos réus para informarem se ainda têm interesse na realização de prova pericial, em 24/04/2013. Intimação das partes para formularem os quesitos pertinentes à



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

perícia, em 24/09/2013. Partes intimadas na forma requerida pelo MPF, em 22/07/2015. Último movimento: carga para AGU, em 14/10/2015.

00033773120054025102: trata-se de ação de improbidade administrativa (classe 1007), autuada e distribuída em 17/05/2005. Apensada à cautelar nº 2005.5102.003376-6, em 30/05/2005. Decisão, em 18/05/2005, na cautelar em apenso, determinando que ambos os feitos tramitem em segredo de justiça, bem como decretando a indisponibilidade dos bens dos réus. Determinada a citação dos réus, apenas em 25/08/2009. Intimação para apresentação de réplica, em 30/07/2010. Recebida a inicial de improbidade e determinada novamente a citação dos réus, em 20/01/2011. Nomeada a DPU para atuar como curadora especial dos réus citados por edital, em 14/05/2012. Intimação para apresentação de réplica, em 31/07/2012. Intimadas as partes para apresentação de provas, em 16/08/2012. Determinada a alienação antecipada do bem apreendido, em 25/06/2014, que se encontra depositado na Organização Militar. **Processo suspenso no período entre 30/10/2014 e 12/08/2015, sem que, s.m.j., tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Sem conclusão desde então.** Último movimento: remessa para AGU, em 21/10/2015, para acompanhar processo apensado.

0003537-22.2006.4.02.5102: trata-se de ação de usucapião (classe 5009), autuada e distribuída em 02/08/2006. Vista ao MPF, em 25/06/2007. Determinação de inclusão da União no polo passivo, em 23/10/2007. Vista à União, em 28/03/2008. Determinação de substituição da ré por seu espólio, em 13/05/2009. Determinação de inclusão dos demais confinantes no polo passivo, em 03/05/2011. Decretação de revelia de Luiz Fernando de Magalhães Bastos, em 13/09/2011. Determinada a suspensão, com base no art. 60 do CPC, em 12/06/2012. Intimadas as partes para apresentarem rol de testemunhas, em 05/05/2015. **Remessa dos autos ao MPF, em 23/09/2015.**

**Obs.: processo com remessa externa com prazo vencido.**

0002894-30.2007.4.02.5102: trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), autuada e distribuída em 29/05/2007. Deferida gratuidade de justiça, em 27/09/2007, bem como determinada a citação. Decisão admitindo a prova pericial e nomeando o perito, em 14/05/2009. Decisão determinando que se oficie o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

para agendamento de perícia médica, em 19/01/2010. Nomeação de novo perito, em 04/05/2010 e, novamente, em 13/10/2010 e em 03/12/2010. Despacho determinando a reiteração da intimação do perito, tendo em vista o seu silêncio, em 18/05/2011. Nova nomeação de perito, em 08/09/2011, em 06/03/2012 e em 14/08/2012. Despacho determinando que se oficie o Núcleo de Terapias Holísticas Ltda - NTH de Petrópolis/RJ para que indique perito médico na especialidade de otorrinolaringologista, em 06/02/2013. Despacho intimando a parte autora para requerer o que for de direito, tendo em vista as tentativas de nomeação de perito serem infrutíferas, em 02/04/2013. Indeferimento da antecipação dos efeitos da tutela, em 24/04/2013, bem como determinação para que se oficie o Hospital Antônio Pedro, a fim de indicar um médico com especialidade em otorrinolaringologia. Perícia designada para 09/07/2013. Intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo, em 21/08/2014. Despacho determinando a intimação pessoal do perito para que encaminhe o laudo da perícia, em 12/01/2015. Intimação das partes para manifestação sobre o laudo, em 28/04/2015. **Intimação do perito para se manifestar sobre petição, em 14/07/2015. Último movimento: processamento, em 21/10/2015.**

00005507120104025102: trata-se de ação de improbidade administrativa, autuada em 13/12/2001, na 02ª Vara de Fazenda Pública de Maricá. Determinada a citação, em 11/01/2002. Intimação para apresentação de réplica, em 28/02/2002. Intimadas as partes para apresentação de provas, em 11/06/2002. Designada audiência para oitiva dos réus, em 07/04/2003. Decisão, em 14/03/2005, indeferindo a prova pericial. Determinada a intimação da União Federal para manifestar se possui interesse no feito, em 20/08/2007. Intimação do MPF para manifestação, em 25/03/2009. Declinada a competência para a Justiça Federal, em 02/12/2009. Processo autuado na Justiça Federal, em 13/01/2010, e distribuído em 19/03/2010. Determinada a notificação dos réus, em 11/07/2011. Decisão, em 25/01/2013, decretando a indisponibilidade dos bens dos réus, bem como determinando a citação. Decisão, em 06/08/2015, deferindo a habilitação dos sucessores processuais. **Sem conclusão, desde então.** Último movimento: remessa ao setor de distribuição, em 26/10/2015.

→ Autuados em 2011: não há processos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Autuados em 2012: não há processos

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 21/10//2015, e consultas ao Apolo, **posição até 29/10/2015.**

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2ª Região** **Meta 4 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativas distribuídas até 31/12/2013

Relatório n° 1 - Quadro resumo

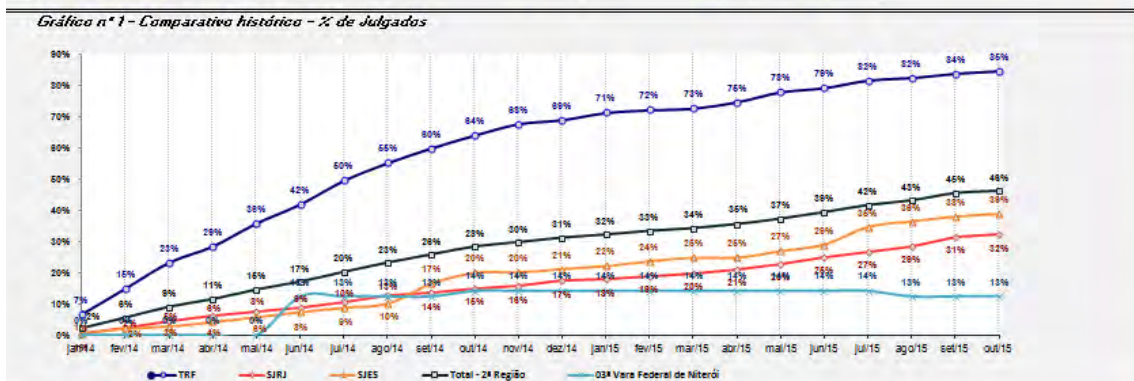
Data:  Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara:

Data de atualização: TRF - 20/10/2015, SJRJ - 20/10/2015, SJES - 20/10/2015

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Identificados até 20/10/15	Identificados em 20/10/15	Total de Julgados	% de Julgados	% de cumprimento
TRF	221	160	27	187	85%	121%
SJRJ	549	94	83	177	32%	46%
SJES	129	28	22	50	39%	55%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>899</b>	<b>282</b>	<b>132</b>	<b>414</b>	<b>46%</b>	<b>66%</b>
<b>03ª Vara Federal de Niterói</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>18%</b>

Verifique o Acervo Meta 4 pendente:

- Acervo pendente TRF
- Acervo pendente SJRJ
- Acervo pendente SJES



**2ª Região** **Meta 4 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade.

Dados referentes ao dia 20/10/2015

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015, Mês: Outubro, Vara: 03ª Vara Federal de Niterói

Acervo pendente SJRJ

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2005	1	0	1
2010	1	0	1
2011	2	0	2
2013	3	0	3
<b>Total geral</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>7</b>

- Sem movimentação há mais de 100 dias: não há processos
- Sem movimentação há menos de 100 dias: 07 processos

Processo	Classe
00033773120054025102	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00005507120104025102	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00046442820114025102	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00046451320114025102	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00017362720134025102	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
01253593120134025102	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
01247869020134025102	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Dos quais foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos, por amostragem:

00033773120054025102 – analisado na Meta II

00005507120104025102 – analisado na Meta II

0046442820114025102 – Trata-se de ação de improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 09/12/2011. Decisão, em 10/01/2012, decretando a indisponibilidade dos bens da parte ré e determinando sua notificação. Determinado o desbloqueio das verbas alimentares, em 13/03/2012. Recebida a inicial e determinada a citação, em 11/09/2012. Intimadas as partes para apresentação de provas, em 07/01/2013. Determinada a solicitação de informações ao TRF2, em 13/08/2013. Decretado o segredo de justiça, em 17/02/2014. Designada audiência de instrução e julgamento para 05/11/2014. Determinada a apresentação de memoriais, em 18/08/2015. **Último movimento: processamento, em 08/10/2015. Parado, desde então.**

00046451320114025102 – trata-se de ação de improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 09/12/2011. Recebida a petição inicial e determinada a intimação da requerida, em 17/01/2012. Deferida a gratuidade de justiça à ré e decretada a indisponibilidade de bens, em 16/03/2012. Intimação da ré para apresentar o solicitado pelo MPF, em 23/06/2012. Vista ao MPF, em 16/07/2012. Intimadas as partes para se manifestarem sobre os ofícios de fls. 3.373/3.408, em 09/07/2015. Concluso para sentença, em 02/09/2015, sem minuta no Apolo.

00017362720134025102 – Trata-se de ação de improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 10/12/2013. Determinada a notificação dos réus, em 07/03/2014. Recebida a inicial e determinada a citação, em 04/09/2014. Intimada parte autora para apresentação de réplica, 07/01/2015. Intimadas as partes para apresentação de provas, em 09/03/2015. Indeferidas as provas pericial e oral, em 19/06/2015, e deferida a documental. Agravo retido juntado, em 10/08/2015. **Último movimento: processamento, em 25/09/2015. Parado, desde então.**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01253593120134025102 – Trata-se de ação de improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 26/07/2013. Decisão, em 05/08/2013, decretando a indisponibilidade dos bens da parte ré e determinando sua notificação. Recebida e inicial e determinada a citação, em 10/01/2014. Decretada a revelia da ré em 28/08/2015. **Último movimento: devolução de remessa, em 15/10/2015. Parado, desde então.**

01247869020134025102 – Trata-se de ação de improbidade administrativa (classe 6006), autuada em 24/07/2013. Decisão, em 30/07/2013, decretando a indisponibilidade dos bens da parte ré e determinando sua notificação. Recebida a inicial e determinada a citação da parte ré, em 11/03/2014. **Vistos em inspeção, em 06/06/2014 e em 26/06/2015, sem que se desse andamento ao processo. Petição juntada, em 20/06/2014, sem que tenha sido apreciada.** Último movimento: remessa para DPU, em 26/10/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 21/10/2015, e consultas ao Apolo, **posição até 29/10/2015.**

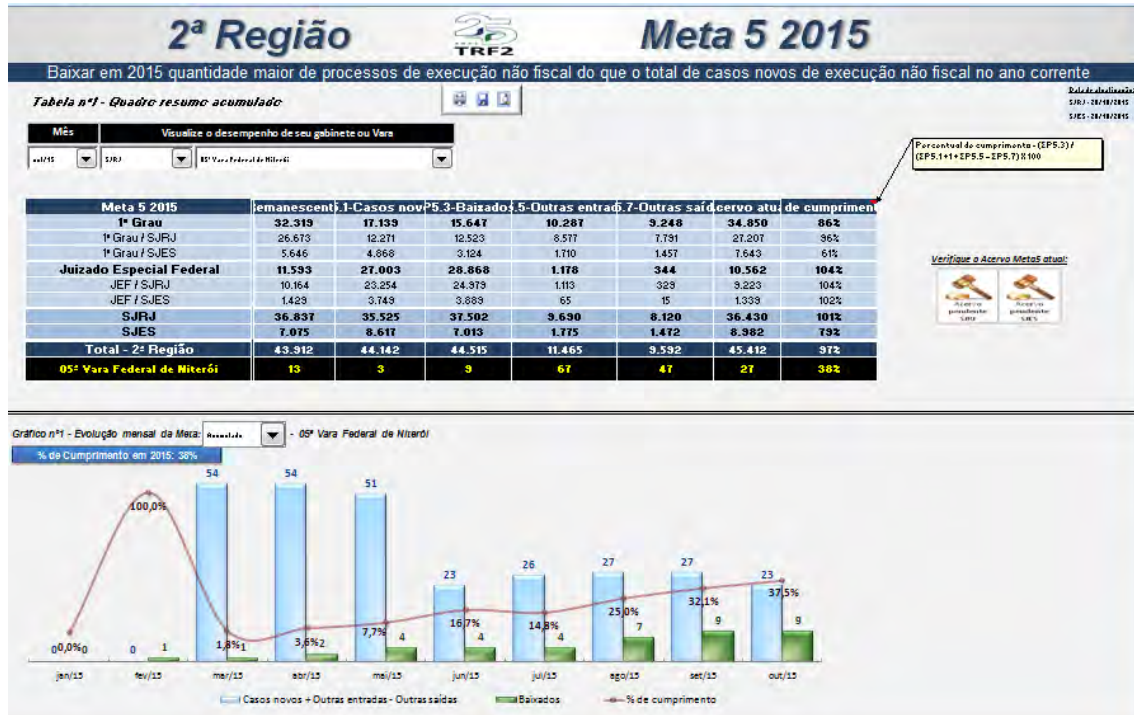
**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Situação:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 21/10/2015.

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Situação:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2ª Região** **Meta 6 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

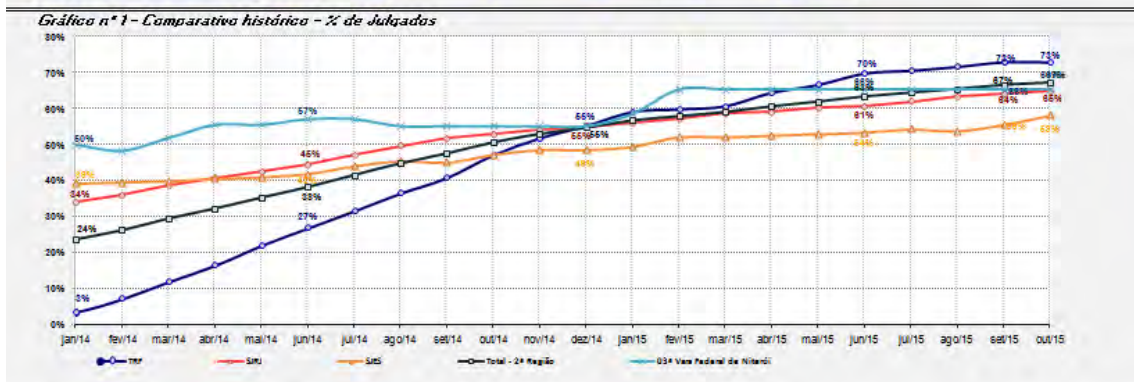
Relatório n° 1 - Quadro resumo

Data: out/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 03ª Vara Federal de Niterói

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 20/10/15	Julgados em 20/10/15	Total de Julgados	Pendente	% de Julgados
TRF	516	291	86	377	139	73%
SJRJ	854	472	83	555	299	65%
SJES	115	55	12	67	48	58%
1º Grau	969	527	95	622	347	64%
Total - 2ª Região	1.485	818	181	999	486	67%
03ª Vara Federal de Niterói	29	16	3	19	10	66%

Data de atualização: TRF - 20/10/2015, SJRJ - 20/10/2015, SJES - 20/10/2015

Verifique o Acervo Meta6 pendente:



**2ª Região** **Meta 6 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Dados referentes ao dia 20/10/2015

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Outubro | Vara: 03ª Vara Federal de Niterói

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação			Total geral
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias		
1994	1	0		1
2002	1	0		1
2004	1	0		1
2006	1	0		1
2010	2	0		2
2011	1	0		1
2012	3	0		3
<b>Total geral</b>	<b>10</b>	<b>0</b>		<b>10</b>

- Sem movimentação há mais de 100 dias: não há processos
- Sem movimentação há menos de 100 dias: 10 processos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Classe
00344812719944025102	06002-AÇÃO POPULAR
00036042620024025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00025038020044025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00012889820064025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00016047220104025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00010945920104025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00027736020114025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
01015219620124025101	06002-AÇÃO POPULAR
00004167320124025102	06002-AÇÃO POPULAR
00047574520124025102	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00025038020044025102 – Vide meta 02.

00027736020114025102 – Trata-se de ação civil pública, autuada em 15/07/2011. Designada audiência especial de conciliação para 16/11/2011 e, posteriormente, para 13/06/2012. Determinada a citação em 01/02/2013. Julgamento convertido em diligência, em 11/06/2014, para determinar a emenda à inicial, com a inclusão dos litisconsortes necessários. Determinada nova citação, em 08/09/2014. Intimação do MPF para apresentação dos CPFs dos réus, em 14/10/2015. Último movimento: processamento, em 27/10/2015.

01015219620124025101 – Trata-se de Ação popular, autuada em 30/09/2012, e distribuída para 14ª VF/RJ. Decisão, em 06/11/2012, determinando a redistribuição do feito para a Seção Judiciária de Niterói. Determinada a citação, em 10/01/2013. Intimação da parte autora para apresentação de réplica, em 06/05/2013. Partes intimadas para especificarem provas, em 10/06/2013. Determinada a apresentação de documentos, em 07/02/2014. Determinada a remessa dos autos ao MPF, em 14/10/2015. Último movimento: processamento, em 23/10/2015.

00004167320124025102 – Trata-se de Ação popular, autuada em 23/02/2012, e distribuída para a 2ª VF/Niterói. Indeferida a liminar e determinada a citação, em 10/07/2012. Intimação da parte autora para apresentação de réplica, em 08/11/2012. Intimada a União para apresentar cópia de processo administrativo, em 09/01/2013. Redistribuído o feito para a 3ª



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VF/Niterói, em 10/01/2014. Deferida prova pericial contábil, em 02/02/2015. Conclusão para despacho, em 24/09/2015, com minuta no Apolo.

00047574520124025102 – Trata-se de Ação Civil Pública, autuada em 30/10/2012. Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela e determinada a citação, em 05/11/2012. Intimação da parte autora para apresentação de réplica, em 06/05/2013. Partes intimadas para especificarem provas, em 10/07/2013. Deferida prova pericial, em 09/01/2014. Designada audiência para 04/08/2014. Laudo pericial apresentado, em 13/11/2014. Julgamento convertido em diligência, em 18/08/2015, para determinar a remessa dos autos ao MPF. Concluso para sentença, desde 02/09/2015, sem minuta no Apolo.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 21/10/2015, e consultas ao Apolo, **posição até 29/10/2015.**

**VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.**

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:  
MATÉRIA CÍVEL**

**(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)**

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referentes ao período de outubro de 2014 a setembro de 2015, emitidos em 21/10/2015, verificou-se a seguinte situação:

**. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):**

Total: 02  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 01  
Em trâmite: 01

Analisado eletronicamente o seguinte processo:

0033587-16.2015.4.02.5102 – autuado e distribuído em 06/04/2015. Intimação para a impetrante regularizar sua representação processual, bem como para retificar o valor da causa e recolher a diferença das custas, em 07/05/2015. Nova intimação para retificação do valor da causa, em 11/06/2015 e em 21/07/2015. Intimação para a impetrante emendar a inicial, juntando a identificação de todos os seus associados, em 25/08/2015. Sentença tipo “C”, em 21/10/2015 (fls. 183/185).

**. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):**

Total: 14  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 14



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0000416-73.2012.4.02.5102 – analisado na Meta VI

0101521-96.2012.4.02.5101 – analisado na Meta VI

0000213-77.2013.4.02.5102 – autuada e distribuída em 15/02/2013. Determinada a citação dos réus, em 20/05/2013. Determinada expedição de carta precatória para citação dos réus Valdomiro Santiago de Oliveira e Franciléia de Castro Gomes de Oliveira, em 04/02/2015. **Último movimento: juntada em 05/10/2015. Parado, desde então.**

0137514-66.2013.4.02.5102 – autuada em 18/10/2013 e redistribuída em 29/10/2013. Autores intimados para fornecerem seus documentos pessoais, em 20/02/2014. Determinada a citação dos réus, em 30/04/2014. Intimação dos autores para se manifestarem sobre as contestações, bem como determinação para que a União forneça cópia do processo administrativo CNAS nº 71010.002870/2003-01 (renovação do CEBAS), em 14/10/2014. Intimação das partes autora para se manifestar sobre as cópias do processo administrativo, em 24/03/2015. Intimadas as partes para apresentação de provas, em 27/07/2015. Concluso para sentença desde 01/10/2015, sem minuta no Apolo.

0139556-88.2013.4.02.5102 – autuada em 04/11/2013 e redistribuída em 19/11/2013. Autores intimados para fornecerem seus documentos pessoais, em 25/03/2014. Intimação dos réus para se pronunciarem, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.437/92, em 20/06/2014. Determinada a citação do Hospital Santa Catarina, nos termos do art. 7º da Lei nº 4.717/65, em 05/09/2014. Intimação das partes para apresentarem provas, em 14/07/2015. Despacho requerendo que os autos sejam conclusos para sentença, em 21/10/2015.

0139557-73.2013.4.02.5102 – autuada em 04/11/2013 e redistribuída em 19/11/2013. Autores intimados para fornecerem seus documentos pessoais, em 20/02/2014. Determinada a citação dos réus, nos termos do art. 7º da Lei nº 4.717/65, em 19/05/2014. Intimação das partes para apresentarem provas, em 06/04/2015. Sentença tipo “A”, em 25/08/2015. Sentença de embargos de declaração, em 21/10/2015. Último movimento: conclusos para decisão, em 27/10/2015.

0140660-18.2013.4.02.5102: autuada 11/11/2013 e redistribuída em 19/11/2013. Autores intimados para fornecerem seus documentos pessoais, em



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

25/03/2014. Intimação dos réus para se pronunciarem, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.437/92, em 20/06/2014. Despacho determinando a citação da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre, em 05/09/2014. Atos ordinatórios para que os autores apresentem réplica, em 28/01/2015. Intimação das partes para apresentarem provas, em 06/04/2015. Indeferimento do requerimento de prova formulado pelos autores, em 28/10/2015.

**. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):**

Total: 25  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 03  
Em trâmite: 22

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0002503-80.2004.4.02.5102 – analisado na Meta II

0004644-28.2011.4.02.5102 – analisado na Meta IV

0004645-13.2011.4.02.5102 – analisado na Meta IV

0124786-90.2013.4.02.5102 – analisado na Meta IV

0125359-31.2013.4.02.5102 – analisado na Meta IV

0002773-60.2011.4.02.5102 – analisado na Meta VI

0004757-45.2012.4.02.5102 – analisado na Meta VI

0000941-21.2013.4.02.5102 – autuada e distribuída em 29/07/2013. Intimação da parte ré para se pronunciar em 72 horas, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.437/92, em 02/09/2013. Remessa dos autos ao MPF, em 13/11/2013. Determinação de citação da UFF, em 06/02/2014. Intimação para apresentação de réplica, em 01/09/2014. Intimação para apresentação de provas, em





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

25/11/2014. Determinada a suspensão do processo, em 29/09/2015, até o julgamento da ADI 4895-DF, pelo STF.

0001644-49.2013.4.02.5102 – autuada e distribuída em 29/11/2013. Indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela e determinada a citação, em 17/12/2013. Intimado o autor para se manifestar sobre contestação, em 15/05/2014. Intimação das partes para apresentarem provas, em 28/08/2014. Intimada a parte autora para apresentar documento, em 29/04/2015. Decisão determinando que se oficie o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, em 04/09/2015. Último movimento: aguardando resposta de ofício, em 06/10/2015.

0147384-04.2014.4.02.5102 – autuada e distribuída em 29/08/2014. Intimação da parte ré para se pronunciar em 72 horas, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.437/92, em 01/09/2014. Indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela e determinada a citação, em 02/10/2014. Intimado o autor para se manifestar sobre contestação, em 28/01/2015. Intimação das partes para apresentarem provas, em 06/04/2015. Decisão determinando que se oficie a Defesa Civil e a Diretoria do Instituto de Biologia da UFF, em 23/06/2015. **Último movimento: aguardando manifestação da parte autora, em 07/07/2015. Parado, desde então.**

0043483-83.2015.4.02.5102 – autuada e distribuída em 29/04/2015. Intimação da AGU e da ANAC para informarem se possuem interesse em ingressar no feito, em 27/05/2015. Intimação dos requeridos para se manifestarem, nos termos do art. 17, §7º, da Lei nº 8.429/92. Conclusão para despacho, em 06/10/2015, com minuta no Apolo.

0107720-29.2015.4.02.5102 – autuada e distribuída em 31/08/2015. Decisão decretando a indisponibilidade de todos os bens do réu, em 24/09/2015. **Último movimento: juntada em 30/09/2015. Parado, desde então.**

**. AÇÃO DE USUCAPIÃO (Classe 5009):**

Total: 13

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Em trâmite: 13

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0003537-22.2006.4.02.5102 – analisado na Meta II

0001505-15.2004.4.02.5102 – autuado e distribuído em 30/03/2004. Determinação de citação da União, em 07/05/2004. Parte autora intimada para apresentação dos documentos solicitados pelo Estado do Rio de Janeiro, em 19/10/2006, em 05/09/2007 e em 29/11/2007. Intimação das partes para especificarem provas, em 29/09/2008. Deferida prova pericial, em 05/03/2009. Partes intimadas para se manifestarem sobre petição do perito, em 17/11/2009. Determinada intimação pessoal do Superintendente do Patrimônio da União, para informar se o terreno objeto da lide é terreno da marinha, em 10/03/2011. Julgamento convertido em diligência, em 15/01/2013. Decretada a revelia de Antônio Luiz Peres, Kátia Eliana Tavares Peres, Luis Carlos Borges Veloso e Nilza Accacio Veloso, em 30/01/2014. Intimação dos autores para se manifestarem sobre contestações, em 13/01/2015. Intimação da DPU para especificar provas pela ré Beatriz dos Anjos da Cruz Pereira, em 12/05/2015. Intimadas as partes para apresentarem rol de testemunhas, em 24/09/2015. **Último movimento: juntada, em 09/10/2015. Parado, desde então.**

0000223-24.2013.4.02.5102 – autuado e distribuído em 19/02/2013. Intimação da União para verificar se possui interesse no feito, em 16/04/2013. Intimação da parte autora para regularizar a sua representação processual, em 29/10/2013. Despacho, em 04/02/2014, determinando a intimação da parte autora para fornecer o RGI dos imóveis limítrofes àquele que pretende usucapir. Decisão mantendo a União no polo passivo, em 29/04/2015. Determinada a intimação pessoal dos réus para se manifestarem sobre pedido de desistência da parte autora, em 30/07/2015. Juntada de mandados em 24/09/2015. **Último movimento, em 24/09/2015: aguardando manifestação da parte ré. Parado, desde então.**

0000464-61.2014.4.02.5102 – autuado em 28/02/2014 e distribuído em 12/03/2014. Intimação da parte autora para fornecer o RGI dos imóveis



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

limítrofes àquele que pretende usucapir. Despacho, em 25/06/2014, determinando que se oficie o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Niterói a fim de que digam se têm interesse no feito. Intimação da parte autora para regularizar a sua representação processual, em 05/03/2015. Despacho determinando a intimação dos advogados constituídos pela parte autora, a fim de que ratifiquem a petição inicial e os pedidos nela contidos, em 21/05/2015. Decisão deferindo a gratuidade de justiça e determinando a citação, em 08/09/2015. Último movimento: juntada em 13/10/2015.

0000788-51.2014.4.02.5102 – autuado em 29/04/2014 e distribuído em 30/04/2014. Decisão dando ciência às partes da redistribuição do feito, retificando, de ofício, o valor da causa e determinando a intimação da parte autora para requerer a citação dos réus por edital, em 21/05/2014 e depois em 30/06/2014 (republicação). Gratuidade de justiça deferida, em 23/10/2014. Despacho, em 03/09/2015 determinando que os autos sejam encaminhados à DPU, tendo em vista citação por edital. Ato ordinatório com minuta no Apolo, em 19/10/2015.

0500126-93.2015.4.02.5102 – autuado e distribuído em 04/03/2015. Decisão dando ciência às partes da redistribuição do feito, bem como intimando o autor para emendar a inicial e recolher as custas, em 11/06/2015. Despacho determinando a inclusão de Franceschina Serpa Gonçalves no polo ativo, em 28/08/2015. Concluso para despacho, em 13/10/2015, com minuta no Apolo.

0500619-70.2015.4.02.5102 – autuado e distribuído em 29/07/2015. Intimação da parte autora para juntar documentos e comprovar o recolhimento das custas, em 08/09/2015. Concluso para despacho em 30/09/2015, com minuta no Apolo.

**. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):**

Total: 01  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analísado eletronicamente o seguinte processo:

0004364-91.2010.4.02.5102 – autuado em 10/12/2010 e redistribuído em 19/12/2013. Deferido o pedido de imissão provisória na posse, bem como determinada a citação e a expedição de mandado de vistoria, em 15/12/2010. Intimação para as partes especificarem provas, bem como para tomarem ciência do relatório de vistoria, em 20/06/2011. Nomeação de perito, em 19/12/2011. Intimação do perito para informar a data e o horário da perícia, em 31/01/2013 e em 09/04/2013. Intimação das partes para ciência da data e local da perícia, em 23/07/2013. Intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, em 16/05/2014. Despacho deferindo o prazo adicional de 10 dias para a União se manifestar sobre petição do perito, em 09/09/2015. **Último movimento: juntada em 30/09/2015. Parado, desde então.**

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 21/10/2015, e consultas ao Apolo, **posição até 29/10/2015.**

➤ **DEMAIS PROCESSOS:**

**. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA (Classe 14000):**

Total: 01  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

0032481-64.1988.4.02.5102: autuada em 21/06/1988. Intimada a parte autora para se manifestar sobre petição de fls. 492/494, em 27/10/2015.

**. AÇÃO PENAL (Classe 21000):**

Total: 01  
Suspensos: 00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

0001511-46.2009.4.02.5102: autuada em 04/05/2009. Processo arquivado em 31/03/2013. Reativação do processo, em 01/07/2015. **Último movimento: remessa ao setor de distribuição, em 01/07/2015.**

**. PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO (Classe 24005):**

Total: 01  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

0000407-14.2012.4.02.5102: autuado em 17/02/2012. **Último movimento: remessa ao MPF, em 28/05/2013.**

**. INQUÉRITO POLICIAL (Classe 26003)**

Total: 05  
Suspensos: 04  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

0000106-67.2012.4.02.5102: autuado em 16/01/2012. Remessa ao MPF, em 19/01/2012. **Último movimento: devolução de remessa, em 08/02/2013. Parado, desde então.**

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao período de outubro de 2014 a setembro de 2015, e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 29/10/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/10/2014 A 30/09/2015)**  
**(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 42 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 22/10/2014 e a última de 25/09/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo, emitida em 21/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS  
(FÍSICOS/VIRTUAIS)**

**INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA**

**(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

Para a análise das iniciais existe o local virtual denominado “Para processamento – INICIAIS”. Nenhum documento foi encontrado neste local virtual. em 27/10/2015 às 14h12min.

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Diariamente é realizada uma triagem no balcão de entradas das petições iniciais sendo encaminhadas para dois servidores responsáveis pela análise. Havendo termo de informação/prevenção, o processo é encaminhado à servidora responsável para certificar se existe prevenção, litispendência ou coisa julgada em relação aos processos informados. Caso positivo, o processo é concluso para decisão ou sentença. Inocorrendo os incidentes, o processo é devolvido para o setor de Distribuição para fins de livre distribuição.*

*Superada a fase acima, são realizados os seguintes procedimentos:*

*a) verificação da competência do Juízo para o processamento e julgamento da demanda;*

*b) verificação da conformidade da exordial com o disposto no art. 282, do C.P.C, e se encontra acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da ação em geral (cópia de carteira de identidade, CPF, comprovante de residência, procuração, etc. ...);*

*c) verificação do valor da causa;*

*d) verificação do recolhimento das custas judiciais ou da postulação da gratuidade de justiça, acompanhada da declaração de hipossuficiência econômica;*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

*e) Se há pedido de tutela antecipada ou liminar e de tramitação com prioridade processual nos casos autorizados por lei.*

*Se nesta fase for verificada a ausência de competência do juízo ou a existência de pendências processuais, são minutados decisões declinatórias ou despachos padronizados para o saneamento, emenda a inicial para atribuição do valor correto, instrução com os documentos faltantes, recolhimento de custas, entre outros. O pedido antecipatório ou liminar é submetido à conclusão para a prolação da decisão no mesmo dia”.*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 27/10/2015, às 14h12min, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

## **BALCÃO DE ENTRADA**

Documentos: 23 documentos encontrados no balcão de entrada do juízo correicionado, sendo o mais antigo de 23/10/2015, referente ao processo nº 0060752-12.2013.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 27/10/2015, às 14h16min.

## **SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)**

A sistemática de verificação de prevenção encontra-se descrita no item “INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA”, deste relatório de correição. O texto citado foi extraído do item 3.11.1 do Questionário Pré-Correição, preenchido pelo juízo correicionado.

O Relatório de Inspeção Anual enviado pelo juízo correicionado, não menciona o procedimento adotado para a análise de prevenção.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, e Relatório de Inspeção Anual, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/10153, de 13/07/2015, realizada no período de 15/06/2015 a 19/06/2015.

**TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO  
(Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	21/10/2015
Conclusão até	20/10/2015

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	13	86,67
Decisão	0	0,00
Sentença	2	13,33
<b>Total Geral</b>	<b>15</b>	<b>100,00</b>

Dos quais foram analisados, eletronicamente, por amostragem, os seguintes processos:

**Sentença**

**00007409220144025102** - processo com 198 dias de conclusão. Ação ordinária, servidores públicos, vencimentos ou proventos. O último movimento processual foi a juntada de uma petição em 12/08/2015.

**00011861320124025152** - processo com 198 dias de conclusão. Ação ordinária, imóveis, contratos de Direito Civil, sistema financeiro de habitação, SFH, responsabilidade civil. Ação redistribuída em 07/01/2014. Processo concluso para sentença em 06/04/2015. A conclusão para sentença foi o último andamento processual.

**Despacho**

**00000460220094025102** - processo com 55 dias de conclusão. Embargos à ação monitória, contratos de Direito Civil, dívida pública/cobrança. Ação distribuída



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

em 05/02/2009. Processo concluso para despacho em 27/08/2015. Despacho proferido em 27/08/2015, indeferimento do pedido de prazo feito pela Caixa Econômica Federal. Último andamento processual, publicação do referido despacho.

00042898120124025102 - processo com 51 dias de conclusão. Ação monitória, contratos de Direito Civil. Ação distribuída em 06/09/2012. Processo concluso para despacho em 31/08/2015. Despacho proferido na mesma data de conclusão, consulta ao sistema PLENUS sobre o suposto óbito do réu; após vista à Caixa Econômica Federal. A remessa para CEF em 27/10/2015 foi o último andamento processual.

00007775620134025102 - processo com 48 dias de conclusão. Execução por título extrajudicial. Ação distribuída em 04/07/2013. Processo concluso para despacho em 03/09/2015. Despacho registrado no sistema em 22/10/2015, determinando o desbloqueio do valor bloqueado via Bacenjud, tendo em vista o valor irrisório; conclusão para consulta sobre informações patrimoniais e restrição judicial de veículos. A movimentação cartorária tipo processamento em 22/10/2015 foi o último andamento processual.

00608032320134025101 - processo com 43 dias de conclusão. Execução por título extrajudicial. Ação redistribuída em 25/09/2014. Processo concluso para despacho em 22/10/2015. Despacho elaborado em 22/10/2015, com o seguinte teor: *“Ao exequente, em 10 dias, sobre o resultado da requisição de bloqueio pelo sistema Bacenjud”*. Este despacho foi o último andamento processual.

**00009196020134025102** - processo com 42 dias de conclusão. Embargos à execução. Ação distribuída por dependência em 09/07/2013. Processo concluso para despacho em 09/09/2015. Despacho proferido na data de conclusão, no sentido de aguardar a decisão a ser proferida nos autos de agravo de instrumento interposto no TRF da 2ª Região. O referido despacho foi o último ato processual.

**Observação:** Alguns despachos foram proferidos, em processos parados, durante o período desta correição.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18h14min do dia 27/10/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
**(Arts. 228 da CNCR)**

**Parados - Apolo (Outras Classes):**

Posição em	21/10/2015
Último Movimento até	18/09/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	107	66,05
Mais de 60	55	33,95
<b>Total Geral</b>	<b>162</b>	<b>100,00</b>

Dos quais foram analisados, eletronicamente, por amostragem, os seguintes processos:

Parados há mais de 60 dias

**00013794720134025102** - processo parado há 216 dias. Embargos à execução. Ação distribuída por dependência em 30/09/2013. Conclusão para despacho em 16/10/2014. Despacho registrado no sistema em 12/11/2014, determinando a remessa para o setor de cálculos para apurar o valor da condenação, correção monetária e juros de mora; após o retorno dos autos, conceder vista às partes. Último andamento processual em 12/11/2014, remessa dos autos ao Setor de Contadoria de Niterói para cálculo.

00270596320154025102 - processo parado há 189 dias. Ação ordinária, outras, responsabilidade civil, apreensão, indisponibilidade de bens e mercadorias. Ação distribuída em 26/03/2015. Conclusão para decisão em 27/03/2015. Decisão em 27/03/2015, determinando a indisponibilidade dos bens do réu (risco de dilapidação do patrimônio pelo réu), para garantir o crédito do INSS, bloqueio via BACENJUD; bloqueio via RENAJUD de veículos em nome do réu; quebra de sigilo fiscal, consulta das últimas declarações de IR, no sistema INFOJUD; expedição de ofícios aos Cartórios de Registro Imobiliário, ao COAF, à JUCERJA e à BOVESPA. Último andamento processual em 23/10/2015, intimação da Procuradoria Seccional Federal.

**00029432720144025102** - processo parado há 182 dias. Embargos à execução. Ação distribuída por dependência em 23/09/2014. Conclusão para despacho em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

09/03/2015. Despacho emitido na mesma data da conclusão, intimação do embargante para se manifestar sobre impugnação. Último andamento processual em 22/04/2015, movimentação cartorária tipo processamento.

**00903971920124025101** - processo parado há 175 dias. Execução por título extrajudicial. Ação redistribuída em 21/10/2014. Ato ordinatório em 12/03/2015, concedendo prazo à parte autora. Último andamento processual em 24/04/2015, aguardando devolução de carta precatória.

**00007897520104025102** - processo parado há 169 dias. Ação ordinária tributária, imposto de renda de pessoa física. Ação distribuída em 23/02/2010. Conclusão para decisão em 09/03/2015. Decisão proferida em 09/03/2015, suspendendo a execução tendo em vista a interposição de embargos à execução tempestivamente pela União. Último andamento processual em 05/05/2015, devolução dos autos pela Procuradoria da Fazenda.

Parados entre 31 e 60 dias

**00042156120114025102** - processo parado há 58 dias. Ação ordinária, servidores públicos, pensão civil ou militar, revisão de pensão. Ação distribuída em 06/10/2011. Conclusão para despacho em 03/08/2015. Despacho registrado no sistema em 24/08/2015, determinando a intimação por mandado da parte devedora para cumprimento de despacho proferido anteriormente (intimação da parte devedora de acordo com o art. 475-J do CPC). Último andamento processual em 24/08/2015, aguardando devolução de mandado expedido.

**00005246820134025102** - processo parado há 57 dias. Ação ordinária, imóveis, sistema financeiro de habitação, SFH, posse, propriedade de imóveis. Ação distribuída em 07/05/2013. Ato ordinatório em 23/07/2015, concedendo vista à parte autora sobre petição do perito de fl. 238 (para autor apresentar sua variação salarial e/ou de sua categoria profissional). Conclusão para despacho em 14/01/2015. Último andamento processual em **22/10/2015, movimentação cartorária tipo processamento.**

**00319283619964025102** - processo parado há 56 dias. Ação ordinária, imóveis, sistema financeiro da habitação – SFH, revisão de cláusula. Ação redistribuída em 01/09/1997. Sem liminar, para informação de secretaria em 21/08/2015, expedição de alvarás de levantamento à disposição das partes. Último andamento processual em 27/08/2015, data formal de publicação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00034933220084025102 - processo parado há 55 dias. Ação ordinária, outras, atos e procedimentos administrativos, posse, propriedade de imóveis. Ação redistribuída em 19/12/2013. Conclusão para despacho em 29/07/2015. Despacho registrado no sistema em 25/08/2015, determinando a intimação pessoal dos autores, para que cumpram, por intermédio de advogado, a decisão de fl. 590 (juntar em 10 dias, afirmações de hipossuficiência e os respectivos comprovantes de rendimentos e declarações do IRPF dos últimos três anos). Último andamento processual em 27/10/2015, juntada de petição.

**00011491020104025102** - processo parado há 51 dias. Ação ordinária, previdenciária, benefício previdenciário. Ação distribuída em 27/04/2010. Conclusão para despacho em 13/07/2015. Despacho em 13/07/2015, com o seguinte teor: “*Requeira o autor a citação do INSS na forma do artigo 730 do CPC.*” **Último andamento processual em 22/10/2015, movimentação cartorária tipo processamento.**

**Observação:** Alguns processos tiveram andamento processual durante o período de correição.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 27/10/2015.**

**DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)**  
**(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 21/10/2015, 15 documentos, todos do mês de outubro de 2015. Não foi encontrado nenhum documento antigo (de mês anterior a outubro) pendente de juntada.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

*“Quanto às petições, encontravam-se pendentes de juntada o equivalente a 06 (seis) petições, todas concernentes a feitos que não se encontravam em cartório na ocasião. Cumpre destacar que as mesmas encontram-se alocadas em pastas que discriminam essa situação. À medida em que o feito retorna à Secretaria, o sistema processual acusa a pendência da petição, sendo então promovida a sua juntada e a conclusão do feito”.*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 21/10/2015, e Relatório de Inspeção Anual, item 21, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/10153, de 13/07/2015, realizada no período de 15/09/2015 a 19/09/2015.

**VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem os seguintes locais virtuais para o controle de prazo:

PRAZO - existem 274 documentos, sendo o mais antigo de 28/08/2015, referente ao processo n.º 0002088-87.2010.4.02.5102;

AG. PUBLICAÇÃO - existem 127 documentos, sendo o mais antigo de 01/10/2015, referente ao processo n.º 0053500-21.2014.4.02.5101;

Ag. Devol. Mandado P/ AUDIÊNCIA, PERÍCIA e LEILÃO - existem 3 documentos de 28/09/2015, referentes aos processos números 0000064-02.2014.4.02.5117, 0001396-83.2013.4.02.5102 e 0004278-81.2014.4.02.5102;

Ag. Devol. MANDADO/C. PREC./AG. RESP OFÍCIO - existem 100 documentos, sendo o mais antigo de 29/04/2015, referente ao processo n.º 0090397-19.2012.4.02.5101.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em **27/10/2015 às 15h41min.**

**CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)**

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

EXP. MAND/CP/EDITAL - existem 38 documentos, sendo o mais antigo de 09/09/2015, referente ao processo n.º 0000410-95.2014.4.02.5102;

EXP. OFÍCIO/REMESSA P/TRF - existem 5 documentos, sendo o mais antigo de 22/10/2015, referente ao processo n.º 0004777-36.2012.4.02.5102.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em **27/10/2015 às 15h48min.**

**1. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:  
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	21/10/2015
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	16
Documento	0
<b>Total Geral</b>	<b>16</b>

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

Matéria Cível (Físicos)

00001961720084025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 15/01/2008).

00355551919944025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 29/07/2014).

00022119020074025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 16/04/2012).

00033773120054025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 14/05/2012).

Matéria Penal (Físicos)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00004071420124025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 29/02/2012).

00000491520134025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 05/07/2013).

Matéria Cível (Eletrônicos)

00035824820144025101: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 05/02/2015).

01028870220144025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 24/03/2014).

00003947820134025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 14/02/2014).

01527623820144025102: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 06/10/2014).





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 2. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2014 a 09/2015
	Processos	4.431
	Boletins	196
	Média (Proc. / Bol.)	22,61
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	7,46

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 21/10/2015.

### PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 63 processos com prazo vencido, sendo os seguintes mais antigos:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0205578-56.1998.4.02.5102	AUTOR	27/04/2015	08/05/2015	166
0006512-22.2003.4.02.5102	AUTOR	11/05/2015	22/05/2015	152
0002613-30.2014.4.02.5102	JEC	08/04/2015	09/04/2015	195
0008392-97.2013.4.02.5102	JD	18/12/2013	19/12/2013	671
0005086-57.2012.4.02.5102	FN	27/06/2014	14/07/2014	464
0003686-81.2007.4.02.5102	FN	22/05/2015	10/06/2015	133

Siglas usadas:

JEC = Justiça Estadual Competente;

JD = Juízo Deprecante;

FN = Fazenda Nacional.

Foram analisados os indicados abaixo:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**0008392-97.2013.4.02.5102** - processo remetido há 671 dias para o juízo deprecante. Os autos foram remetidos ao juízo deprecante em 18/12/2013. **Não consta no sistema Apolo devolução de guia de remessa ou de comprovante de remessa dos autos.**

**0005086-57.2012.4.02.5102** - processo remetido há 464 dias para a Fazenda Nacional, em 27/06/2014. O processo foi remetido para o TRF em 08/08/2014 para processar e julgar recurso. Contudo, **a devolução do processo pela Procuradoria da Fazenda não foi registrada no sistema Apolo.**

**0002613-30.2014.4.02.5102** - processo remetido há 195 dias para a Justiça Estadual Competente. A remessa ocorreu em 08/04/2015. **Não consta o recebimento, nem a baixa no sistema Apolo.** A remessa para a JEC encontra-se em aberto.

**0205578-56.1998.4.02.5102** - processo remetido há 166 dias para o autor por motivo de manifestação, pelo prazo de 10 dias, remessa em 27/04/2015. **Não consta o recebimento dos autos no sistema Apolo.** Mandado expedido em 13/10/2015. Diligência de intimação distribuída para oficial de justiça em 19/10/2015.

0006512-22.2003.4.02.5102 - processo remetido há 152 dias para o autor por motivo de manifestação, pelo prazo de 10 dias, em 11/05/2015. Os autos foram devolvidos em 26/10/2015.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 21/10/2015, vencidos e não devolvidos até 21/10/2015, e consultas ao Apolo, **posição até 28/10/2015, às 19h08min.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS**

**1. Número total de processos suspensos (em 15/10/2015):**

Cíveis: 584

Criminais: 04

**2. Análises dos processos:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

**CÍVEL:**

a) Aguarda decisão de instância superior: 237

02069994719994025102 – Suspenso em 06/11/2006. Remetido para o TRF2 em 06/05/2002 e devolvido em 26/01/2015, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

00028403020084025102 – Determinada a suspensão do feito em 02/08/2010, diante da decisão do STF acerca dos processos que versam sobre correção monetária dos depósitos em caderneta de poupança afetados pelos Planos Collor I, Bresser e Verão. Salvo melhor juízo, a suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Repercussão Geral”.

00003668120114025102 - Determinada a suspensão do feito em 02/04/2012, diante da decisão do STF acerca dos processos que versam sobre correção monetária dos depósitos em caderneta de poupança afetados pelos Planos Collor I, Bresser e Verão. Salvo melhor juízo, a suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Repercussão Geral”.

00049361820084025102 - Determinada a suspensão do feito em 01/06/2010, diante da decisão do STF acerca dos processos que versam sobre correção monetária dos depósitos em caderneta de poupança afetados pelos Planos Collor I, Bresser e Verão. Salvo melhor juízo, a suspensão foi equivocadamente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Repercussão Geral”.

00012761620084025102 – Suspenso em 03/05/2013. Remetido para o TRF2 em 06/07/2010 e devolvido em 26/01/2015, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

b) Cumprimento Precatório/RPV: 62

00420888619974025102 – Decisão determinando a suspensão em 06/11/2013.

00413405419974025102 - Decisão determinando a suspensão em 18/03/2014.

00009076620014025102 - Decisão determinando a suspensão em 06/08/2014.

00037708720044025102 - Decisão determinando a suspensão em 06/08/2014.

00054018120024025152 - Decisão determinando a suspensão em 06/08/2014.

Obs: Diante do tempo decorrido, verificar se já foi realizado o pagamento dos referidos precatórios/RPVs.

c) Embargos à Execução: 146

00000815920094025102 - Suspenso desde 28/01/2014, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

00018328120094025102 - Suspenso desde 12/05/2014, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

00018783620104025102 - Suspenso desde 28/08/2014, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

00555837119954025102 - Suspenso desde 14/11/2014, conforme determinado pela decisão de 11/11/2014.

00074857420034025102 - Suspenso desde 05/12/2014, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

d) Outras suspensões – Processos de conhecimento: 14

00050721520084025102 – Determinada a suspensão do feito, em 13/11/2009, até o julgamento da ação nº 2008.5102.001657-5 (ação civil pública).

00051224120084025102 - Determinada a suspensão do feito, em 13/11/2009, até o julgamento da ação nº 2008.5102.001657-5 (ação civil pública).

00051267820084025102 - Determinada a suspensão do feito, em 13/11/2009, até o julgamento da ação nº 2008.5102.001657-5 (ação civil pública).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00051050520084025102 - Determinada a suspensão do feito, em 13/11/2009, até o julgamento da ação nº 2008.5102.001657-5 (ação civil pública).  
00051111220084025102 - Determinada a suspensão do feito, em 13/11/2009, até o julgamento da ação nº 2008.5102.001657-5 (ação civil pública).

e) Outras suspensões – Processos de Execução: 06

00049674320054025102 - Salvo melhor juízo, não foi localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Encontra-se apensado aos embargos à execução nº 20055102005559-2.  
00305294019944025102 - Salvo melhor juízo, não foi localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Encontra-se apensado aos embargos à execução nº 0004247-08.2007.4.02.5102.  
00461593419974025102 – Decisão em 30/07/2009, determinando aguardar o trânsito em julgado do acórdão no processo de embargos em apenso. S.M.J., suspensão equivocadamente cadastrada como “outras suspensões – processos de execução”, ao invés do motivo específico “embargos à execução”.

f) Outros – fase conhecimento: 35

00040961820024025102 – Trata-se de impugnação ao valor da causa. Decisão em 18/07/2005, determinando aguardar o processamento dos autos principais.  
00051328520084025102 – Trata-se de ação ordinária. Decisão determinando a suspensão do feito em 01/02/2010, até o trânsito em julgado nos autos processo nº 2008.5102001657-5 (ação civil pública).  
00030325520114025102 – Trata-se de ação ordinária. Decisão determinando a suspensão do feito em 18/08/2014, até momento processual oportuno nos autos do processo em apenso, nº 0004675-14.2012.4.02.5102 (ação ordinária).  
05260701320094025101 – Trata-se de execução por título extrajudicial. Decisão, em 03/12/2014 (publicada em 10/02/2015), determinando a suspensão do feito pelo prazo de nove meses.  
00007627320024025102 – Trata-se de ação de consignação de aluguel. Decisão em 10/04/2015, determinando aguardar manifestação no processo nº 20015102000012-3 (ação ordinária).

g) Outros – fase /processo de execução: 17



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00004640820074025102 - Salvo melhor juízo, não foi localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Encontra-se apensado aos embargos à execução nº 0000830-03.2014.4.02.5102.

00003775220074025102 - Decisão em 16/10/2013, determinando aguardar a habilitação dos herdeiros nos autos principais.

00056139220014025102 - Salvo melhor juízo, não foi localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Encontra-se apensado à ação ordinária nº 0003788-16.2001.4.02.5102.

00345466320104025101 - Decisão em 15/07/2014, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 265, III do CPC.

00008303720134025102 - Decisão em 16/06/2015, determinando a suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, diante da não localização de bens penhoráveis.

h) Parcelamento: 04

00223128320094025101 – Determinada a suspensão do feito em 09/01/2013, por 38 meses.

00034348320044025102 – Processo suspenso em 16/07/2015, sem que, s.m.j., tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

i) Repercussão Geral (CPC, art. 543-B e §1º): 63

00018420420044025102 – Suspenso em 16/09/2008. Último despacho, em 01/09/2008, determina “*que seja dada baixa na distribuição deste processo, que poderá ser restaurado, mediante provocação dos interessados ou no caso dos autos serem restituídos. Preclusa esta decisão, proceda-se às anotações de praxe, arquivando-se este procedimento em pasta própria, que deverá reunir casos semelhantes*”. Portanto, s.m.j., não há motivo para suspensão do feito, principalmente com a classificação “Repercussão Geral”.

00015329520044025102 – Suspenso em 26/06/2007. Remetido para o TRF2 em 03/03/2005 e devolvido em 26/06/2007, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

02081756119994025102 – Suspenso em 14/10/2011. Remetido para o TRF2 em 29/06/2007 e devolvido em 14/10/2011, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.

00007330820114025102 – Suspenso em 24/11/2014. Remetido para o TRF2 em 19/09/2011 e devolvido em 13/10/2014, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CRIMINAL:**

a) Outros - Processos criminais

00030072320034025102 – Suspenso desde 29/04/2010. Determinada a baixa na distribuição e encaminhamento dos autos ao STF, em 17/06/2003, diante da declaração de incompetência do Juízo. Segundo informação de secretaria, encontra-se apensado ao IPL nº 2003.51.02.003005-7, que se encontra concluso para sentença desde 07/10/2015, na 2ª Vara Federal de Niterói. Na mesma situação os processos: 00030080820034025102, 00030099020034025102 e 00030107520034025102.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspenso, extraído em 21/10/2015, consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 21/10/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **SENTENÇAS**  
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.145

- a. Convertidas em diligência: 15
- b. Declinada a competência: 01
- c. Embargos de declaração: 24
- d. Com resolução de mérito: 201
  - Conciliação/transação homologada: 08
  - Extinção da execução: 56
  - Improcedente: 53
  - Procedente: 40
  - Procedente em parte: 33
  - Reconhecida prescrição/decadência: 03
  - Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 01
  - Renúncia ao direito em que se funda a ação: 07
- e. Sem resolução de mérito: 139
- f. Vazias: 347

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, cujas sentenças estavam classificadas como 'vazias' na planilha Apolo excel-intimados:

- 00007731920134025102 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 02 de junho de 2014.
- 00072156920114025102 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 02 de junho de 2014.
- 05005426120154025102 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 02 de julho de 2014.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

-00009666820124025102 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 06 de outubro de 2014.  
-00008639020144025102 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 06 de outubro de 2014.

**→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇAS**  
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente a maioria das sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução CJF nº 535/2006 e dos artigos 219 a 221 da CNCR (Provimento nº 11/2011).

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

**1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):**

Regulares:

-0136576-74.2013.4.02.5101  
-0137465-25.2013.4.02.5102  
-0141840-35.2014.4.02.5102  
-0150612-84.2014.4.02.5102  
-0000176-84.2012.4.02.5102

Irregulares:

-0016463-20.2015.4.02.5102 - tipo A registrado no sistema Apolo - não registrado no corpo da sentença (fl. 158).

**2. Sentença tipo B-1 (homologatória de acordo):**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Regulares:

-0000035-75.2013.4.02.5152  
-0000516-28.2012.4.02.5102  
-0141110-24.2014.4.02.5102

Irregulares:

-0033129-75.2010.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo - não registrado no corpo da sentença (fl. 215).  
-0000423-65.2012.4.02.5102 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo - não registrado no corpo da sentença (fl. 215).

**3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):**

Regulares:

-0000087-27.2013.4.02.5102  
-0127700-74.2013.4.02.5152  
-0007215-69.2011.4.02.5102  
-0000055-56.2012.4.02.5102  
-0001306-98.2001.4.02.5101

**4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):**

Regulares:

-0002600-31.2014.4.02.5102  
-0003484-12.2004.4.02.5102  
-0142451-85.2014.4.02.5102  
-0166309-48.2014.4.02.5102  
-0077290-94.2015.4.02.5102



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR)**

O órgão correicionado informou que, "*Com relação aos processos conclusos para sentença que se encontram no gabinete foram estabelecidas as seguintes prioridades sucessivas:*

*I – julgamento dos processos que constam no Portal de Estatística do Tribunal Regional Federal da 2ª Região como “Meta 2” e atual meta 4 (Improbidade Administrativa);*

*II – julgamento das ações de Mandados de Segurança, Habeas Data, Ações Civis Públicas, Ações Populares e Ações Possessórias;*

*III – julgamento dos processos conclusos que foram distribuídos há mais de 05 (cinco) anos contados da data corrente (futuros meta 2);*

*IV – julgamento dos processos conclusos para sentença, dando-se preferência, nesse caso, àqueles em que houve o deferimento de prioridade de tramitação dos atos processuais e/ou conclusos há mais de 180 (cento e oitenta) dias." (questionário pré-correição, item 3.3.2, à fl. 10).*

➔ **LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

*"A grande maioria dos processos que tramita neste Juízo são eletrônicos. Nesse caso, foi criada a pasta eletrônica “Conclusão para sentença”, onde os processos ficam aguardando serem selecionados para o julgamento. A fim de facilitar a compreensão da matéria objeto destas ações e a rápida prolação de sentenças padronizadas, no campo “motivo” é discriminado o assunto genérico e uma especificidade do tema. Com relação aos processos físicos, foram criados os escaninhos “Meta 2” e “Ação Popular”. Cumpre destacar que o acervo atual no gabinete não exige a criação de outros escaninhos." (questionário pré-correição, item 3.3.4, à fl. 10).*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **EXECUÇÃO**  
(Art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Em trâmite
Processos (em trâmite)	Com sentença	Não informada	377
		Natureza executória	42
	Com registro de sentença antiga		04
Total			423

Fonte: portal de estatísticas da 2ª Região – acervo SJRJ.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015):  
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 180
- b. Eletrônicos: 41
- c. Total de requisições: 221
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.222 dias.

- RPV's: 156
  - .Cadastrados: 36
  - .Conferidos: 07
  - .Enviados: 113

- Precatórios (Parcela única): 65
  - .Cadastrados: 04
  - .Enviados: 61

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

→ **GRANDES DÉBITOS**  
(Arts. 272 e 273 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Não há execuções fiscais relativas a grandes devedores no órgão correicionado.

Fonte: questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

**→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**  
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

O órgão correicionado informou que houve 196 penhoras realizadas entre setembro de 2014 e setembro de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

**→ LEILÕES**  
(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Houve 01 (um) leilão realizado e há 01 (um leilão pendente).

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Total: há 17 itens constritos.

Foram analisados os seguintes processos:

-0000062-53.2009.4.02.5102

.sistema Apolo - campos 'Exeqüente' e 'Executado' preenchidos com "*WOLNER MORANDINI VIEIRA*" (exeqüente: Fundação Habitacional do Exército - FHE) - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "*Automóvel*" (o mais adequado é 'móvel')  
.bem constrito - "*AUTOMÓVEL – MARCA IMP/PEUGEOT – MODELO 306 PAS S 18 – PLACA LCU 7755 – RJ – ANO/MODELO 1999 – CHASSI: 8AD7BLFYWX5339135*".

.andamento processual - auto de penhora e depósito de 22 de junho de 2013 à fl. 22 - laudo de avaliação da mesma data, à fl. 23 - mandado de remoção do veículo (MAN.0103.000118-8/2015) para o depósito do leiloeiro público não



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

cumprido: o executado e o veículo não se encontravam no local da diligência (fls. 31/33) (diligência efetuada em 06 de fevereiro de 2015) - determinada a expedição de mandado de busca e apreensão do veículo e sua remoção para o armazém central do leiloeiro (movimento de 30 de setembro de 2015) - último movimento descrito como "*Localização Interna ATIVIDADE: AG. DEVOL. SEMAN*" em 07/10/2015.

-0001266-93.2013.4.02.5102

.sistema Apolo - campos 'Exeqüente' e 'Executado' preenchidos com "*ANA MARIA DOS REIS PINTO*" (exeqüente: Caixa Econômica Federal - CEF) - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "*Casa*" (o mais adequado é 'imóvel') - campo 'Local' não preenchido (Rua Joaquim Távora, nº 266, sobrado, Icaraí, Niterói).

.bem penhorado - imóvel situado à Rua Joaquim Távora, nº 266, sobrado, Icaraí, Niterói (RJ).

.andamento processual - auto de penhora, depósito e avaliação de 26 de março de 2015, à fl. 76 - A CEF requereu a alienação do imóvel penhorado em 28 de julho de 2015 (fl. 80) - último movimento descrito como "*Conclusão para Despacho - de Expediente*" em 19 de setembro de 2015, determinando que se aguardasse o julgamento dos embargos à execução opostos (processo nº 0000741-77.2014.4.02.5102).

-0002866-23.2011.4.02.5102

.sistema Apolo - campos 'Exeqüente' e 'Executado' preenchidos com "*ESTALEIROS Actual DO BRASIL LTDA*" (exeqüente: Caixa Econômica Federal - CEF e executados: Estaleiros Actual Do Brasil Ltda. e Joseane Borges Cardoso).

.bem penhorado - "*CONJUNTO DE FORMAS PARA FABRICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE 5.00 METROS, COMPOSTA DE CASCO E CONVES, CONFECIONADAS EM GEL COAT, RESINA ISOFITÁLICA E COMPESADO NAVAL*".

.andamento processual - auto de penhora à fl. 92 - A CEF requereu a alienação dos bens penhorados em 18 de setembro de 2014 (fl. 98) - em 12 de março de 2015, foram designados leilões para os dias 15 e 29 de maio de 2015 (fl. 107) - os leilões foram suspensos, conforme decisão exarada em 14 de abril de 2015, tendo em vista que houve a oposição de embargos à execução (processo nº 0000535-34.2012.4.02.5102) e que o valor dos bens penhorados era superior ao valor da dívida em execução - última movimentação em 17 de junho de 2015,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

descrita como "*Movimentação Cartorário tipo Aguardando Julgamento dos Embargos à Execução*".

-0081872-12.1993.4.02.5102

.sistema Apolo - campo 'Executado' preenchido com "*JOSE DA SILVA BEDE*" (há outro executado: Siomara Tadeu Farias Bede) - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "*Apartamento*" (o mais adequado é 'imóvel') - campo 'Local' não preenchido (Rua Prof. Alfredo Backer, nº 536, bloco nº 01, apto. 401, Alcântara, São Gonçalo, RJ) - campo 'Valor do Débito' preenchido com "*R\$ 18.036.512,36*" (o valor do débito está em Cruzeiros, conforme fl. 27).

.bem penhorado: imóvel situado na Rua Prof. Alfredo Backer, nº 536, bloco nº 01, apto. 401, Alcântara, São Gonçalo, RJ.

.andamento processual - auto de penhora e depósito, de 21 de setembro de 2013, à fl. 50 - salvo melhor juízo, não foi localizado o laudo de avaliação do imóvel - último movimento em 14 de outubro de 2015, descrito como: "*Movimentação Cartorária tipo Aguardando Resposta de ofício*" (aguardando resposta de ofício enviado à CEF, conforme intimação de despacho registrada em 28 de agosto de 2015).

Observa-se que o sistema Apolo não foi abastecido com todos os dados necessários quando do registro das constrições, o que gera diversos campos em branco quando da extração do relatório 'consulta de bens penhorados'. Nessa linha, cabe ressaltar a necessidade do correto preenchimento dos campos do sistema Apolo, de acordo com as peças dos autos.

Fonte: questionário pré-correição, item 3.4.2.g. Sistema Apolo – módulo secretaria – consultas - bens penhorados.

➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

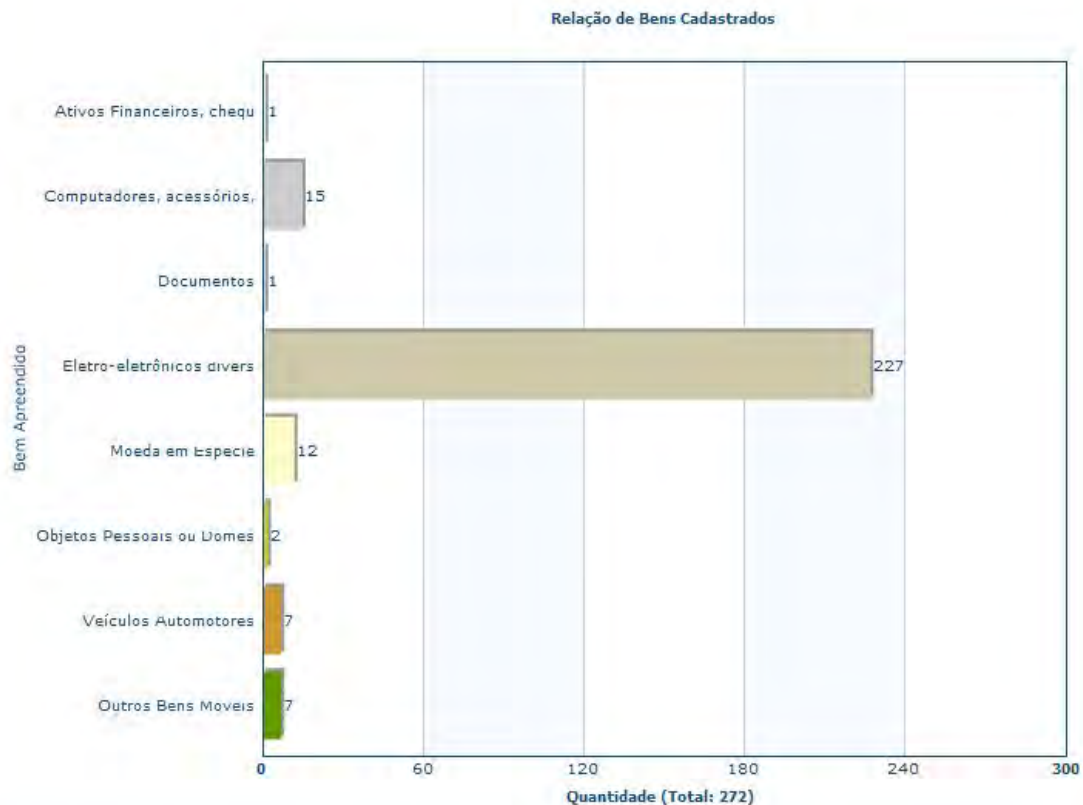
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Consta do questionário pré-correição não haver bens apreendidos/acautelados no órgão correicionado (item 3.5, à fl. 12) e o sistema Apolo informa que "*não existem dados para a impressão do Relatório*" quando se tenta extrair o 'relatório de material apreendido/acautelado'.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Todavia, consultando-se o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA, há 272 itens listados no relatório 'Relação de Bens Cadastrados', assim distribuídos:



Neste ponto, há que se notar que o acervo de feitos de natureza criminal do Juízo correicionado foi redistribuído para a Segunda Vara Federal de Niterói (RJ), a partir de 19 de dezembro de 2013, conforme o artigo 1º do Provimento nº TRF2-PVC-2013/00021.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**  
**(Art. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição:

*“A Vara dispõe dos livros obrigatórios para as Varas com competência cível, de acordo com a Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, além de outros que foram adotados para facilitar o controle dos serviços.*

**- Livros de capa dura:**

- Livro de vista de Autos a Advogado e Perito do Contencioso, com 200 folhas;
- Livro de Vista ao Ministério Público Federal, com 200 folhas;
- Livro de Vista aos Procuradores do INSS, com 200 folhas;
- Livro de Vista à Fazenda Nacional, com 200 folhas;
- Livro de Vista à Advocacia Geral da União, com 200 folhas;
- Livro de entrega de autos às partes sem Traslado, com 100 folhas;
- Livro de Reclamações, com 100 folhas;
- Livro de registro de atendimento, pelos Juízes Federais Titular e Substituta(o), aos Advogados, Procuradores Federais, Autárquicos e membros do Ministério Público, com 200 folhas.

**- Livros formados a partir da encadernação de folhas soltas:**

- Livro de Autos recebidos da SEDIS-NI;
- Livro de Entrega de autos à SEDIS-NI (Contencioso);
- Livro de Entrega de autos ao Contador;
- Livro de Inspeções.

- Além dos livros acima mencionados a Vara mantém abertas as seguintes pastas:

**- Secretaria:**

- Ofícios Expedidos – Cartório;
- Ofícios Expedidos – Secretaria;
- Cartas Precatórias Expedidas;
- Pasta de Editais e Portarias publicadas;
- Relação de processos remetidos ao TRF da 2ª Região;
- Relação de processos recebidos do Protocolo;
- Relação de processos recebidos do Contador;
- Relação de petições recebidas;
- Relação de Expedientes enviados pelo Correio;
- Registro de processos encaminhados ao Arquivo;
  
- Pasta de Alvarás inutilizados;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- *Pasta de cargas para fotocópias;*
- *Pasta de plantão.*

**- Gabinete:**

- *Termos de Audiência e Atas respectivas;*
- *Ofícios expedidos.*

**- Outros:**

- *Livro de Ponto com 200 folhas.*

*Os livros têm sido escriturados com regularidade e conservados devidamente e o andamento dos feitos lançados no sistema de informação de dados todos os dias. Já as autuações são feitas pela SEDIS-NI. Cumpre acrescentar que os livros relativos aos registros dos atos processuais concernentes aos feitos criminais foram encerrados após a redistribuição destes à 2ª Vara Federal de Niterói, em função da especialização daquele Juízo em matéria criminal, por força da Resolução n. TRF 2RSP-2013/00050, de 07 de novembro de 2013, do Presidente do TRF2 e do Provimento n. TRF2-PVC-2013/00021, de 12 de novembro de 2013, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região”.*

**Observação:** idêntica informação foi prestada no relatório de inspeção anual.

Fonte: item 5 do Questionário pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## → ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

*“As instalações físicas são adequadas para a realização do trabalho, bem como o maquinário, os móveis e os equipamentos e a iluminação”.*

Por sua vez, o relatório de inspeção anual, não fez menção à organização do espaço físico utilizado pelo órgão correicionado.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/10153).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## → METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

### **Metas de curto prazo (3 meses):**

*“promover o julgamento da ação de improbidade administrativa n. 00046451320114025102 – conclusão para sentença em 02.09.2015, e da ação popular processo n. 0344812719944025102 – conclusão para sentença em 01.09.2015”.*

### **Metas de médio prazo (6 meses):**

*“julgar todos os Mandados de Segurança, Ações Populares, Ações de Improbidade Administrativa, Ações Cíveis Públicas, Ações Fundiárias (Ações de Usucapião, Desapropriações e Reintegrações de Posse) com conclusão para sentença até a data do encerramento da autoinspeção (13.10.2015)”.*

### **Metas de longo prazo (1 ano):**

*“agilizar o processamento das ações de Mandado de Segurança, Ações Populares, Ações de Improbidade Administrativa, Ações Cíveis Públicas, Ações Fundiárias (Ações de Usucapião), Desapropriações e Reintegrações de Posse) distribuídos até a data da autoinspeção (13.10.2015) para fins de encerramento da fase instrutória”.*

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Ana Beatriz Fonseca de Mello, Mat. n.º 15.658  
Carlos Alberto de Araujo Rocha, Mat. n.º 11.308  
Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953  
Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777